

O PAPEL DO TERCIÁRIO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA*

Rita de Cássia Conceição GOMES

Docente do Departamento de Geografia –CCHLA/ UFRN

ricassiacg@gmail.com

Resumo

Este texto discute o papel do terciário no contexto da reestruturação produtiva. Tem como ponto de partida a hipótese de que a reestruturação produtiva, ao redefinir o processo de reprodução, redefine outros processos, em especial o consumo, que tem por base, para sua reprodução, a expansão do comércio e dos serviços. Objetivando dar maior expressividade à hipótese levantada, o texto está dividido em três partes: a primeira contempla o processo de reestruturação produtiva e suas implicações na atividade comercial e na de serviços; a segunda, de forma sintética, faz uma discussão sobre o terciário e sua expansão no Rio Grande do Norte (RN); e a terceira analisa a expansão do terciário em pequenas cidades do Rio Grande do Norte, tomando-se por base os resultados de trabalho de campo, ressaltando o papel das políticas públicas. A pesquisa, tanto bibliográfica quanto empírica, desenvolvida nas áreas comerciais de pequenas cidades do estado potiguar possibilitou o conhecimento das características do setor terciário que se reproduz em pequenas cidades, bem como a constatação da importância que esse setor, em ampla expansão, assume no contexto da economia dessas cidades potiguares. A discussão proposta apresenta, ao final, a ideia de que, embora ocorram práticas comerciais e de consumo de conteúdo moderno, nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte ainda há o predomínio de um setor de comércio e serviços com características tradicionais, prevalecendo relações familiares.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Terciário. Comércio. Consumo. Pequenas Cidades.

EL PAPEL DEL TERCIARIO EN EL CONTEXTO DE REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA

Resumen

Este artículo analiza el papel del terciario en el contexto de la reestructuración productiva. Toma como punto de partida el supuesto de que la reestructuración productiva, para redefinir el proceso de reproducción, redefine otros procesos, especialmente el consumo, que tiene como base para su reproducción la expansión del comercio y de los servicios. Con el objetivo de dar mayor expresividad a la hipótesis, el texto se divide en dos partes: la primera incluye el proceso de reestructuración y sus implicaciones para las actividades comerciales y de servicios; y la segunda, en forma resumida, es una discusión del terciario y su expansión en Río Grande del Norte (RN), con destaque para el papel de las políticas públicas, en especial, de las pequeñas ciudades, para la expansión de las actividades terciarias. La búsqueda bibliográfica y la empírica, desarrollado en zonas comerciales de las pequeñas ciudades del Rio Grande do Norte, ha posibilitado el conocimiento de las características del sector que se reproduce en las ciudades pequeñas, así como lo descubrimiento de la importancia de este sector, en gran expansión, asume en el contexto de la economía de las pequeñas ciudades potiguares. La discusión propuesta se completa en la idea de que, aunque ocurre prácticas comerciales y de consumo articulado con el contenido moderno, en las ciudades pequeñas del RN, todavía hay el predominio de un sector del comercio y de los servicios con contenidos tradicionales y relaciones familiares que prevalecen

Palabras clave: Reestructuración productiva; terciario; comercio; consumo; pequeñas ciudades.

THE TERTIARY FUNCTION IN THE CONTEXT OF THE PRODUCTIVE RESTRUCTURING

Abstract

This paper discusses the role of tertiary in the context of productive restructuring. The hypothesis considers that the productive restructuring, to define the reproduction process, redefines other processes, especially the consumption, which its reproduction depends on the commerce and services sector. In order to strongly support the hypothesis, the

* Trabalho de pesquisa realizado por ocasião da efetivação do PROCAD/CASADINHO/UFRN/FCT-UNESP-PP

paper is divided into three parts: The first part examines the productive restructuring process and its implications in commercial and services activities; the second part briefly discusses the tertiary sector and its expansion in Rio Grande do Norte (RN); and the third part analyzes the expansion of tertiary activities in small cities from Rio Grande do Norte, based on the results of field campaigns, with especial attention to the role of public policies. The research, either bibliographic or empirical, carried out in commercial areas of small cities from Rio Grande do Norte, showed the characteristics of the tertiary sector that reproduce in small cities as well as the importance that this sector, with wide expansion, has in the economic context of these cities. Finally, the proposed discussion supports the idea that although the existence of commercial and consumption practices of modern content, there is no influence of a commercial and services sector with traditional characteristics in small cities in Rio Grande do Norte, prevailing family relations.

Keywords: Productive Restructuring; Tertiary; Commerce, Consumption; Small Cities

1. Introdução

Após um período de intensa prosperidade, compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, o capitalismo começou a indicar um período de crise. Dentre outras as causas dessa crise foram: o declínio da taxa de lucro em virtude do aumento da produção, a desvalorização do dólar e o esgotamento do padrão de acumulação que tinha por base os modelos de produção *taylorista* e *fordista*.

O capitalismo buscou, então, novas estratégias para diminuir os efeitos da crise e apontar novos caminhos para o crescimento econômico, daí o surgimento do processo de reestruturação produtiva, que envolvia não apenas o uso de novas técnicas de produção, mas também a utilização de novas formas de gestão empresarial. A reestruturação produtiva criou as condições para a emergência de outros processos para além da atividade produtiva em si mesma como a dinâmica do terciário, marcada por seu crescimento e sua expansão no contexto da economia urbana, abrangendo cidades de diversas dimensões territoriais, inclusive as pequenas.

É com o objetivo de melhor compreender essa dinâmica que se está propondo discutir o papel do terciário no contexto da reestruturação produtiva, tomando o Rio Grande do Norte como referência espacial de análise. O ponto de partida é a hipótese de que a reestruturação produtiva, ao redefinir o processo de reprodução, redefine outros processos, em especial o consumo, que se reproduz a partir do comércio e dos serviços. Objetivando dar maior expressividade à hipótese levantada, o presente artigo, além desta introdução, tem seu desenvolvimento estruturado em três partes, seguidas pelas considerações finais.

Na primeira parte, abordam-se aspectos importantes que definem a reestruturação produtiva, com o objetivo de construir o entendimento acerca dessa noção bem como trazer elementos para a compreensão do processo de reestruturação produtiva em curso no Brasil, particularmente no Rio Grande do Norte. Na segunda, o foco da discussão é o terciário no território potiguar. Essa discussão é antecedida por explicações inerentes a questões significativas para a compreensão do sentido e do significado do terciário, facilitando, assim, a leitura efetivada sobre a relação do terciário com o

território. Por fim, na terceira parte, analisa-se a expansão das atividades terciárias – comércio e serviços – no âmbito de pequenas cidades do Rio Grande do Norte, tomando-se por base os resultados obtidos numa pesquisa de campo realizada em 15 cidades do estado. Ao final do texto, são apresentadas as considerações finais, nas quais estão expostas as inferências que foram suscitadas após a análise feita, expressando-se, assim, uma das formas de entendimento de processos e dinâmicas que ocorrem no território potiguar em decorrência da reestruturação produtiva.

2. A reestruturação produtiva e as implicações na atividade comercial e na de serviços

Não é tarefa simples estabelecer o início e o fim de um processo econômico ou social. Os processos, sejam eles econômicos, políticos ou sociais, não se iniciam nem se encerram bruscamente, o que dificulta sua demarcação precisa. Entretanto, pode-se assinalar que a crise econômica desencadeada após 1960, cujos resultados principais foram o subconsumo e a estagnação dos mercados, parece ter sido a causa principal para a efetivação da reestruturação produtiva que ocorreu a partir dos anos de 1980, vista como uma estratégia de enfrentamento dos problemas desencadeados com a crise – o desemprego e a crescente internacionalização da economia face ao crescimento da concorrência entre as empresas.

Num esforço de simplificação, pode-se dizer que a reestruturação produtiva, ou a acumulação flexível, como foi denominada por Harvey (1992) constituiu-se em um mecanismo de enfrentamento da crise em prol do crescimento da economia capitalista numa escala global, segundo Harvey (1992, p. 140) essa acumulação flexível é

marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se por setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva redefine todo o processo de produção, até então embasado nos princípios da produção *fordistas/tayloristas*, norteados por um processo de produção em massa, com uma expressiva divisão do trabalho em todos os níveis da atividade econômica, associados a uma intensa mecanização e ao uso do trabalho não qualificado, de formas rígidas de controle e de relações de trabalho flexível. Essa redefinição provocou mudanças significativas no

contexto da sociedade, especialmente, no que se refere às formas de organização dos espaços, sejam eles destinados às atividades produtivas *stricto sensu*, sejam aqueles nos quais se estabelecem atividades vinculadas diretamente ao consumo. Ocorreu, então, uma reorganização do trabalho, com a implementação de novas tecnologias, atreladas à flexibilização das atividades nas diversas dimensões do processo produtivo – na funcional, na organizacional e na tecnológica. Em resumo, pode-se assinalar, como faz Alves, (2007 p. 156), que a reestruturação produtiva compreende, em sua essência, inovações sociais interiores e inovações exteriores à produção capitalista, que se concretizam por meio do uso de novas tecnologias microeletrônicas das novas tecnologias de telemáticas, informacionais e em rede, de novas formas de organização e gestão das empresas, e de novas relações de trabalho de caráter flexível.

Assim, a flexibilização funcional gerou novas exigências das empresas em relação à força de trabalho, sendo o critério da qualificação adotado com mais rigidez, fato que contribuiu para uma maior mobilidade no emprego e, em certa medida, para a redefinição da relação patronato *versus* sindicatos. Tais aspectos se associaram ao novo cotidiano da fábrica, que a reestruturação produtiva promoveu, centrado no conceito de reengenharia da produção, a qual é expressa pela flexibilização tecnológica incorporada pelo setor produtivo.

Intrínseca à reestruturação produtiva, ocorreu uma verdadeira revolução tecnológica, que impôs às empresas o uso intenso de novas ferramentas e instrumentos, como robôs, passando as fábricas a serem completamente automatizadas, aumentando a capacidade de produção, e fazendo-se uso de menor número de trabalhadores. Também foram instituídos, no espaço das fábricas, novos modelos organizacionais e gerenciais, os quais, referenciados no sistema flexível, promoveram alterações substanciais na organização do trabalho, além de aderirem à terceirização.

É importante destacar, ainda, as novas dinâmicas econômicas resultantes das características próprias da reestruturação produtiva, quais sejam: aumento do consumo de bens e serviços, fato que contribuiu de forma expressiva para o surgimento de espaços modernos voltados para as novas práticas de consumo; modernização de diversos setores, como o financeiro, o de telecomunicações, o de transportes, o de armazenagens, o de distribuição, além de outros, graças às inovações tecnológicas; e, ainda, a emergência de novos modelos de gestão das empresas, as quais passaram a adotar sistemas flexíveis, emergindo, assim, relações de trabalho que, se, por um lado, poupam quantitativamente, por outro exploram qualitativamente. Foram essas mudanças que motivaram Chesnais, (1996) a fazer uma leitura delas sob a ótica da mundialização do capital.

Um dos resultados dessas mudanças foi o crescimento da participação do terciário no Produto Interno Bruto (PIB) no contexto da economia mundial, uma vez que houve um crescimento

significativo das atividades comercial e de serviços. No caso do Brasil, e, particularmente do Rio Grande do Norte, esse crescimento foi expressivo, conforme pode ser visto no QUADRO 1.

QUADRO 1

Valor adicionado ao Produto Interno Bruto do Brasil e do Rio Grande do Norte, por setor econômico (1950-2009) a preços básicos.

Ano	BRASIL			RIO GRANDE DO NORTE		
	Setores Econômicos			Setores Econômicos		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
1950	23.990.744,97	15.983.398,29	38.003.807,99	353.555,12	62.689,18	286.442,37
1960	37.590.443,06	29.360.688,68	69.252.194,24	567.852,27	121.442,70	518.348,48
1970	35.776.876,65	87.401.931,67	162.193.122,23	285.760,64	255.587,15	988.625,31
1980	77.718.155,36	313.397.939,06	368.925.342,97	605.546,37	1.692.691,35	2.517.432,89
1990	74.071.016,18	372.609.158,82	482.433.249,65	476.356,94	2.300.083,06	3.557.873,28
2000	76.549.415,91	411.200.539,48	533.737.044,61	222.604,38	3.578.459,73	4.780.651,08
2009	75.929.593,31	362.040.425,44	909.032.627,94	630.248,87	2.376.493,66	8.921.299,96

* **Fontes:** Para 2002-2006: Sistema de Contas Regionais; Referência 2002. Para 1985-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais. Conceito utilizado a partir de 1985, a preços básicos. Para os anos de 1970, 1975 e 1980, Produto Interno Bruto, a custo de fatores elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os anos de 1939, 1947 a 1969, Produto Interno Líquido, a custo de fatores elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

****Deflator:** Deflator Implícito do PIB nacional

*** **Unidade:** R\$, a preços do ano 2000 (mil).

Tabela elaborada a partir dos dados extraídos do IPEADATA, disponíveis em: <http://www.ipeadata.gov.br/>; acesso em: 15 de outubro de 2015.

Os dados apresentados evidenciam o crescimento do setor terciário, tanto na escala nacional quanto na estadual. No caso específico do Rio Grande do Norte, esse crescimento fica ainda mais nítido quando se faz a leitura dos números apresentados pelo IBGE, referentes à participação dos setores da economia no PIB no Rio Grande do Norte em 2010. Enquanto a participação do setor primário, composto pela agricultura e a pecuária, era de apenas 4,2%, e a do setor secundário apresentava uma participação de 21,5%, a do setor terciário era de 74,3%.

Esse crescimento evidenciado pelos números não apenas justifica o entendimento da necessidade de realização de estudos sobre o terciário e sua relação com a cidade, uma vez que esse crescimento reflete diretamente na dinâmica espacial urbana, mas também leva a se concordar com Salgueiro (1995, p. 177), quando afirma que os estudos do comércio e dos serviços, no âmbito da Geografia, são da maior importância, porque eles “[...] permitem acompanhar o desenvolvimento da cidade e sua organização interna, e mesmo a diversidade social dos grupos que partilham o território e o grau de abertura da economia ao exterior”.

Ao longo da história do pensamento geográfico, foram vários os estudos dedicados à compreensão do terciário e sua relação com a cidade, podendo ser citados como referência: George (1965, 1975), Salgueiro (1995, 1996, 2002); Pintaudi (1999), Cachinho (2002), além de outros, que,

mesmo não tendo o foco dos estudos na relação do terciário com a cidade, também deram contribuições importantes nesse sentido. Dentre muitos, destacam-se os estudos sobre o comércio e o consumo, de Ortigoza (2010) e de Pacheco (2012).

No entanto, os estudos geográficos que tomaram o Rio Grande do Norte como referência espacial pouco tiveram essa preocupação. E, por se entender que as atividades de comércio e serviços e, por conseguinte, as práticas do consumo mostram sua importância a cada dia, no processo de produção e reprodução do espaço, nas mais diversas formações espaciais capitalistas, é que aqui propõe-se analisar as atividades de comércio e de serviços no contexto espacial do Rio Grande do Norte, a partir desse processo de reestruturação produtiva, que, como processo mundial, atinge as mais diversas realidades espaciais, independente de sua localização geográfica ou de sua dimensão espacial.

3. O terciário no Rio Grande do Norte

Segundo dados do IBGE, em 1960 somente 33,1% da População Economicamente Ativa (PEA) estava no setor terciário. Cinquenta anos depois, esse percentual aumentou para mais de 60%, enquanto os demais setores não acompanharam esse crescimento. É importante ressaltar que o setor primário apresentou, nesse período, uma expressiva queda, saindo de 54,2%, em 1960, para um pouco mais de 17% em 2010.

Sendo assim, pode-se afirmar que se está vivenciando um dos momentos mais dinâmicos do setor terciário, isto é, do comércio e dos serviços. Embora a atividade comercial seja milenar, ela nunca se apresentou tão dinâmica como na atualidade. Toda essa dinamicidade e esse crescimento do setor terciário se refletem na expansão dos segmentos capitalistas. Suas explicações sobre o conjunto do espaço econômico e a totalidade da estrutura ocupacional se expressam no conjunto de cidades que formam a rede urbana que se reafirma, como aponta Lobato (1991, p. 48), com o processo de globalização, o qual, em virtude das diferentes demandas apresentadas e de suas próprias contradições, se manifesta sob diversos modos, graças à intermediação de agentes diversos, que não necessariamente se apresentam como grandes corporações, criando e recriando novos núcleos urbanos que promovem a integração do espaço globalizado.

Porém não basta entender o terciário como atividade econômica em si mesma. É importante que se aprofunde sua compreensão a partir de elementos teóricos que possam explicar o que de fato acontece. Diante dessa convicção, busca-se essa compreensão a partir da leitura de alguns estudos

que se efetivaram ao longo do tempo cuja referência é o terciário, para, assim, construir-se o quadro de referência que ajude a compreender a dinâmica urbana decorrente da dinâmica do terciário.

Um primeiro ponto a ressaltar é que esse setor sempre foi visto de forma subalterna, por não ser considerado como um setor produtivo, como são os setores primário e secundário. No entanto, diante das mudanças que têm ocorrido no próprio sistema capitalista, o terciário assumiu uma condição estratégica, por se localizar entre a produção e o consumo. Torna se, assim, um elo importante tanto a montante quanto a jusante da cadeia de distribuição.

Nesse sentido, a discussão sobre o terciário envolve o entendimento da reestruturação que vem ocorrendo no processo de produção bem como as mudanças que aconteceram nas formas organizacionais e no mercado de trabalho, principalmente a partir de 1970, quando sucede a incorporação de novas tecnologias no setor produtivo com objetivo de revitalizar o modo capitalista de produção. Esse processo possibilitou a modernização do campo, que contribuiu para um acelerado êxodo rural, fazendo emergir um intenso processo de crescimento urbano.

No Brasil, esse crescimento aconteceu no pós-guerra, no contexto de uma nova configuração na estrutura produtiva e social da América Latina, caracterizada pela expulsão de grande parte da população das áreas rurais em direção às cidades, tendo-se em vista a modernização da agricultura e da pecuária que se desencadeia a partir de então. A homogeneização das estruturas produtivas e sociais se apresentava como condição básica para o processo de desenvolvimento que deveria ser assumido pelos países subdesenvolvidos, uma vez que já era adotado nos desenvolvidos. Porém a homogeneidade esperada deu lugar à heterogeneidade da estrutura econômica e social, constituindo-se numa negação dos projetos que orientaram as políticas nacionais de desenvolvimento, as quais tinham expectativas de superação da pobreza e da miséria nos países da América Latina a partir do desenvolvimento industrial.

O fracasso e o esgotamento desse modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico veio à tona logo na segunda metade da década de 1970. As economias latino-americanas demonstraram, por meio de profundas crises econômicas, a impossibilidade de retomada do crescimento. Como resultado, ocorreu o desmonte de formas de organização do mercado de trabalho, de modo que a fragmentação das estruturas sociais se constituiu no viés de maior significado, refletindo-se nas formas precárias de atividades produtivas e de trabalho e no deslocamento do emprego padronizado.

Nessa nova organização do mercado de trabalho, reflexo da reestruturação produtiva, começou a ocorrer o crescimento das ocupações nas atividades terciárias, que passaram a ter um papel relevante para o desenvolvimento econômico das nações. Para isso, deve-se levar também em

consideração a crise, bem como a difusão e a incorporação de novas tecnologias que revitalizam o modo de produção vigente. Isto é,

As novas formas de produzir bens e serviços alteram profundamente a qualidade dos postos de trabalho criados pelas atividades terciárias e modificam sua capacidade de absorver a mão-de-obra excedente. Isto tem induzido a uma reavaliação dos marcos teóricos que sustentaram a discussão sobre a função do setor na dinâmica econômica, e em particular do trabalho (DEDECCA; MONTAGNER, 1992, p. 3).

A concepção de que os países deveriam percorrer as diferentes etapas da economia para poderem alcançar o desenvolvimento está cada vez mais refutada nos dias atuais. A trajetória do desenvolvimento econômico das nações de uma forma linear foi totalmente rebatida pelas características históricas e culturais de cada nação, sendo totalmente negligenciada pelos teóricos. Diante desse contexto, novos paradigmas foram trabalhados, principalmente a partir do momento em que se concebeu o entendimento da maior participação das atividades terciárias na geração do produto e do emprego, atrelada ao processo de constituição de uma sociedade de consumo.

Clark (1940), ao estudar o papel do terciário na sociedade de consumo, admitiu a perda de importância que as atividades industriais tiveram para a compreensão da dinâmica econômica. Isso porque, segundo ele, o terciário deveria ser entendido como o setor indicador do grau de cada desenvolvimento econômico. Difundidas durante muito tempo, as teses de Clark (1940) passaram a ser bastante criticadas por outros teóricos, que o denominavam de pós-industrialista.

No conjunto das críticas feitas aos pós-industrialistas, destaca-se como ponto central o fato de que não é possível entender-se o crescimento do terciário sem relacioná-lo às transformações promovidas no setor industrial por meio da incorporação de novas tecnologias. Assim sendo, para os críticos, “[...] o ritmo e a própria criação de novas atividades terciárias estão determinados pela capacidade de modernização dos setores produtores de bens, em particular na indústria de transformação, através do consumo final” (DEDECCA; MONTAGNER, 1992, p. 4).

Ancorada nas discussões teóricas, a expansão do emprego nas atividades terciárias – comércio e serviços – passou a ser entendida como uma resultante do processo de reestruturação da indústria e das necessidades de elevação da produtividade.

A expansão dos serviços está atrelada às mudanças introduzidas na produção de bens pela utilização crescente de novas tecnologias produtivas e organizacionais, que impulsionaram uma nova divisão do trabalho inter e intrasetorial, marcada por uma crescente integração das atividades, sem que isso implicasse novos processos de verticalização das empresas. Para implementação de tais mudanças, novas características foram incorporadas, marcando o cenário produtivo setorial.

Merece destaque, nesse cenário, o papel do Estado, principalmente na produção de serviços coletivos, equacionando questões básicas no que diz respeito ao mercado de trabalho.

Complementando as atividades produtivas, emergiu um segmento moderno, representado pelas atividades bancárias e financeiras, além dos transportes e das comunicações, que contribuíram de forma decisiva para a reorganização da produção de bens e serviços. No entanto, o processo de desenvolvimento ficou relativamente concentrado em determinados segmentos industriais, o que demonstra a incapacidade do novo modelo de desenvolvimento para incorporar a totalidade da população, dando origem a um processo de marginalização de grande parte dela.

O processo de industrialização brasileiro, por não ter conseguido responder satisfatoriamente à população, reproduziu uma estrutura produtiva social heterogênea, dando origem a processos migratórios permanentes na direção campo-cidade. Dessa forma, emergiram nas cidades dois segmentos bastante distintos: o setor formal, com atividades de proporções relativamente reduzidas; e o setor informal, constituído pelos excedentes populacionais produzidos pelo desenvolvimento espacial desigual. O resultado mais expressivo desse processo foi a exclusão social, produzida pela baixa capacidade de geração de trabalho do segmento moderno e pelo processo migratório que ocorria rumo às cidades. Porém, a compreensão que se tem de exclusão social se baseia nas ideias de Martins, (1997, p. 27) que considera o discurso da exclusão social como “*produto de um equívoco, de uma fetichização*”. Para esse autor, a exclusão social não pode ser assimilada se as determinações sociais e históricas não forem consideradas, bem como as formas precárias e perversas da inclusão, por isso, segundo ele, tem-se no presente uma nova desigualdade. Assim, “*a palavra exclusão nos fala possivelmente, [...] da necessidade prática de compreensão nova daquilo que, não faz muito tempo, todos chamávamos de pobreza*”. (MARTINS, 1997, P.28).

No contexto da produção dessa nova desigualdade, novas relações se estabelecem entre as categorias de cidades, no âmbito do território norte-rio-grandense, viabilizadas pela urbanização, como processo de expansão de práticas sociais urbanas, em detrimento de práticas sociais rurais. E assim, como assinala Martins (1997, p.35) “*todos, inseridos de algum modo, decente ou não, no circuito reprodutivo das atividades econômicas: todos têm o que vender e o que comprar*”.

É válido lembrar que a urbanização a que se faz referência aqui não se resume à quantidade e à localização espacial, daí concordar-se com Limonad (2008, p. 246) ao afirmar que “*a urbanização extravasa o marco construído, deixa de estar limitada à cidade e conquista escala territorial*”

Ainda que breve, a discussão acima efetuada sobre o terciário dá respaldo à análise sobre a terciarização das economias subdesenvolvidas, como a que se efetua no Rio Grande do Norte. Essa

discussão leva a se compreender também os processos que norteiam as relações entre as cidades, principalmente dado o fato de que o crescimento do terciário no estado nem sempre esteve vinculado à dinâmica das atividades industriais, mas à concentração da renda e da terra, que produziu um intenso processo migratório para as cidades, associado à participação efetiva do Estado no mercado de trabalho, quer como empregador direto quer como indireto, por meio da implementação de infraestrutura básica requisitada pelo novo padrão de acumulação de capital, que se deu a partir dos anos de 1970.

Na busca de se compreender a dinâmica referenciada, fica evidente que, ao se dinamizar o setor terciário, dinamiza-se também a cidade. Fica também patente que o terciário se apresenta como um dos principais vetores da dinâmica urbana que se configura nas cidades de um modo geral e, particularmente, nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte. Essa afirmação pode ser comprovada pelos resultados da pesquisa efetuada, que são apresentados na última parte deste texto.

Para a realidade espacial em discussão, ressaltam-se as contribuições de Clementino (1995), que, ao tratar da rede urbana, do processo de urbanização do Rio Grande do Norte e de sua relação com a economia mundial, destaca elementos que conduzem ao entendimento da necessidade de mudanças nos estudos sobre a rede urbana, já que os princípios que comandam as interações entre as cidades não são apenas hierárquicos, mas combinam especializações, complementaridade e concorrência. Além disso, existem também as relações transversais, isto é, as relações que extrapolam a própria rede em que as cidades se inserem, dadas as relações internacionais que são estabelecidas via empresas multinacionais.

É o que se pode constatar a partir do deslocamento de empreendimentos comerciais e industriais de grandes centros em direção a pequenas cidades, do surgimento de atividades agrícolas que se desenvolvem com uso de tecnologias modernas, transformando a dinâmica local, do recebimento de *royalties* por municípios situados em áreas de produção de petróleo e do crescimento das atividades turísticas, dado o favorecimento de recursos naturais que são transformados em expressivos atrativos turísticos.

Destarte, deve-se ressaltar a revalorização dos espaços locais e os impactos das políticas públicas, que, ao contribuírem para que a cidade apareça como um espaço de atração de pessoas, de bens e de capital, permite a realização de relações recíprocas com o entorno regional em diversos planos, sendo estas reforçadas pela ampliação do setor terciário a cada dia, seja em relação à quantidade de pessoas ocupadas, seja quanto à quantidade de atividades envolvidas, haja vista suas atividades abrangerem desde aquelas que não requerem um grau de instrução elevado até aquelas, para cuja execução não dispensam um elevado grau de conhecimento das pessoas ocupadas.

No entanto, precisa-se considerar a dinâmica das cidades na perspectiva social, ou seja, aquela que resulta da maior ou menor complexidade da vida local. Ao se integrarem à rede urbana por meio de relações associadas ao mercado e à vida urbana, as cidades afirmam-se e se reproduzem a partir de uma lógica de consumo muito bem demarcada pelo processo de terciarização. Isso pode ser entendido como resultante do novo padrão de acumulação que ocorre em nível mundial, o qual tem como premissas básicas ajustes socioeconômicos que proporcionam o aumento da composição orgânica do território, sinônimo de avanço tecnológico. O resultado disso tudo é o surgimento da sociedade do consumo, como afirma Braudillard (1991).

No Rio Grande do Norte, têm sido perceptíveis o crescimento e a expansão do setor terciário no âmbito das cidades como um todo, embora esse crescimento seja bastante diferenciado, inclusive pelo amplo crescimento do setor informal, sendo hoje um dos responsáveis pelo processo de produção do urbano no âmbito de diversas cidades, principalmente as pequenas cidades localizadas no interior do estado.

Assim, entende-se que o ponto de partida para se compreender o terciário no Rio Grande do Norte é que seu crescimento não é apenas um reflexo do desenvolvimento econômico, ou seja, das mudanças que ocorrem na esfera global, mas de outros fatores, quais sejam: a expansão do serviço público, as políticas compensatórias do governo federal, a política social de combate à pobreza – o Bolsa Família –, e ainda, as políticas do governo estadual e dos próprios governos municipais. Associado a esse pensamento, surge um segundo, o e que, mesmo ocorrendo um crescimento significativo do setor terciário, este não tem sido capaz de absorver a força de trabalho que entra a cada ano no mercado de trabalho, proporcionando, dessa forma, o aumento da informalidade. Segundo dados do Ministério do Trabalho, em fevereiro de 2015, após estudo sobre a informalidade no Nordeste brasileiro, no Rio Grande do Norte, a taxa de informalidade era de 39,60%. Mesmo sendo este o estado nordestino com menor taxa, não se pode negar que se trata de um número bastante elevado.

O Rio Grande do Norte, até os anos de 1960, apresentava preponderância das atividades rurais sobre as atividades urbanas. Nesse contexto, as atividades de comércio e as de serviços tinham pouco dinamismo, atendendo praticamente às demandas básicas da sociedade. Natal, com dois centros comerciais de destaque, Cidade Alta e Alecrim, não tinha qualquer expressividade no contexto urbano-regional, distinção claramente assumida pelas cidades de Recife, (Pernambuco) e Campina Grande (Paraíba). No interior do Rio Grande do Norte, o destaque ficava por conta da cidade de Mossoró, considerada empório comercial, com forte expressão no contexto regional do oeste do estado. Na parte central, destacavam-se as cidades de Currais Novos e de Caicó. Embora

essas cidades estejam sendo realçadas, cumpre lembrar que todas elas, assim como Natal, não tinham qualquer liderança em relação às atividades terciárias, de modo que apresentavam inexpressiva área de influência no contexto espacial mais amplo, isto é, na região Nordeste.

Nos anos de 1970, essa realidade começou a mudar, e Natal foi o espaço onde as transformações começaram a acontecer. Uma nova configuração espacial começou a se estruturar, respaldada por eventos de grande importância, como: a construção do *campus* universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a instalação do Laboratório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a instalação do Centro de Lançamentos de Foguetes da Barreira do Inferno, a presença de instituições como o Comando Aéreo de Treinamentos (CATRE), para a formação de pilotos para o desempenho das missões operacionais de caça e de ataque, e, ainda, a transferência do Comando do III Distrito Naval de Recife para Natal, em 1975.

Porém foi na década de 1980 que as atividades de comércio e de serviços passaram por mudanças significativas, quando chegou a Natal o Hiper Bompreço. Esse empreendimento inaugurou uma nova era no setor terciário de Natal e do Rio Grande do Norte, caracterizada pela presença de grandes superfícies comerciais. Com a instalação do Hiper Bompreço, surgiu um novo padrão de empreendimentos comerciais, baseado na centralização de atividades e de serviços. Tratava-se de uma nova concepção espacial do setor terciário, que permitia ao usuário dispor de múltiplas atividades e produtos.

A inauguração do Natal Shopping, no ano de 1992 se constituiu em um marco importante no contexto das mudanças que ocorreram nas atividades de comércio e de serviços do Rio Grande do Norte, gerando novas dinâmicas em sua atividade terciária, de modo que esse empreendimento, dentre outras mudanças, promoveu a redefinição espacial e a modernização da atividade comercial no estado.

No que concerne à redefinição espacial, destaca-se a ocupação de novos espaços da cidade do Natal para fins de atividades comerciais e de serviços, impondo uma nova organização viária à cidade, de modo que o espaço passou a se estruturar a partir de grandes eixos viários, nos quais se observa forte concentração das atividades terciárias. Nesse processo de reespecialização do terciário, as atividades de comércio e de serviços passaram a ocupar as longas avenidas, denominadas por GOMES, SILVA e SILVA (2002) “vias expressas de circulação”, as quais integram a cidade nos diversos sentidos. Essas vias estabelecem a lógica da configuração espacial, ao mesmo tempo que garantem maior solidez à expansão e ao desenvolvimento do capital. É o caso das avenidas Hermes da Fonseca/Salgado Filho, Prudente de Moraes, Engenheiro Roberto Freire, Tomaz Landim, Airton Sena, Jaguarari, Bernardo Vieira e Coronel Estevam, esta última conhecida

como Avenida 9. Essa nova espacialidade fez emergirem novas territorialidades, demarcadas explicitamente pela concentração de tipos de atividades terciárias em áreas específicas da cidade, como os bairros de Petrópolis e Tirol, caracterizados anteriormente, e a Avenida Engenheiro Roberto Freire, onde se encontram restaurantes, pequenos *shoppings centers*, serviços de lazer, pousadas e lojas de artesanato.

Embaladas pelas mudanças ocorridas na capital e no interior do Rio Grande do Norte, nas cidades que, no contexto da rede urbana estadual, assumem funções de cidades médias, ocorreram mudanças importantes no setor terciário nos períodos mencionados, embora em níveis menores e com propostas diferenciadas. É válido ressaltar que, na análise realizada, as cidades médias são entendidas segundo o pensamento de Sposito (2007, p. 233), que considera ser importante

compreender as cidades médias “a partir dos processos e dinâmicas que são, sobretudo econômicas, mas verificando suas dimensões espaciais, o que significa pensar a posição sempre relativa e transitória dessas cidades e de seus papéis nas relações, sobreposições e articulações com o espaço rural e com outras cidade em múltiplas escalas. (grifos da autora)

A partir dos anos 2000, é possível observar a ocorrência de um dinamismo da atividade de comércio e de serviços também nas pequenas cidades do território potiguar. Esse fato motivou a pesquisadora a investir esforços maiores buscando entender os processos que desencadeiam essa dinâmica e os rebatimentos dela no território. Assim, na sequência, tratar-se-á do terciário no contexto das pequenas cidades do Rio Grande do Norte.

4. As pequenas cidades e a expansão do terciário

A reestruturação produtiva, além de outros aspectos, estimulou o uso de estratégias de desenvolvimento local, fazendo convergirem forças políticas as quais, no âmbito da gestão, passaram a valorizar elementos endógenos, além de criarem motivações para impulsionar a participação da sociedade local. (ENDLICH, 2009, p32).

A ideia apontada por Endlich (2000) ajuda a compreender a expansão do terciário, que, no caso específico das pequenas cidades do Rio Grande do Norte, tem se apresentado em franca expansão na dimensão do comércio e dos serviços, em especial os de caráter pessoal, estando atrelada, principalmente, à emergência das políticas sociais e dos recursos provenientes das aposentadorias dos idosos, visto que até o surgimento desses benefícios sociais, a atividade terciária

nas pequenas cidades potiguares, em sua grande maioria, limitava-se basicamente a um comércio de gêneros de primeira necessidade, sendo muito comum a presença das bodegas.

Entretanto, hoje se pode dizer que a bodega, é coisa do passado. É um tipo de estabelecimento comercial praticamente inexistente. Isso porque tem ocorrido, no âmbito dos estabelecimentos, tanto comerciais quanto de serviços, mudanças significativas no *layout* e na apresentação das lojas, no uso de materiais modernos, como vidro, espelhos, cerâmica, mármore e granito. Porém é perceptível que alguns aspectos que expressam a modernização do comércio e de suas práticas são praticamente inexistentes. A valorização da vitrine como atrativo é muito pouco presente no contexto dos estabelecimentos comerciais.

Com o propósito de melhor compreender a relação entre o terciário e a cidade, foi realizada uma investigação empírica referenciada em leituras analíticas e interpretativas inerentes à temática proposta em 15 pequenas cidades do Rio Grande do Norte, localizadas em cinco microrregiões: Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Angicos, Vale do Açu e Médio Oeste (FIG. 1).

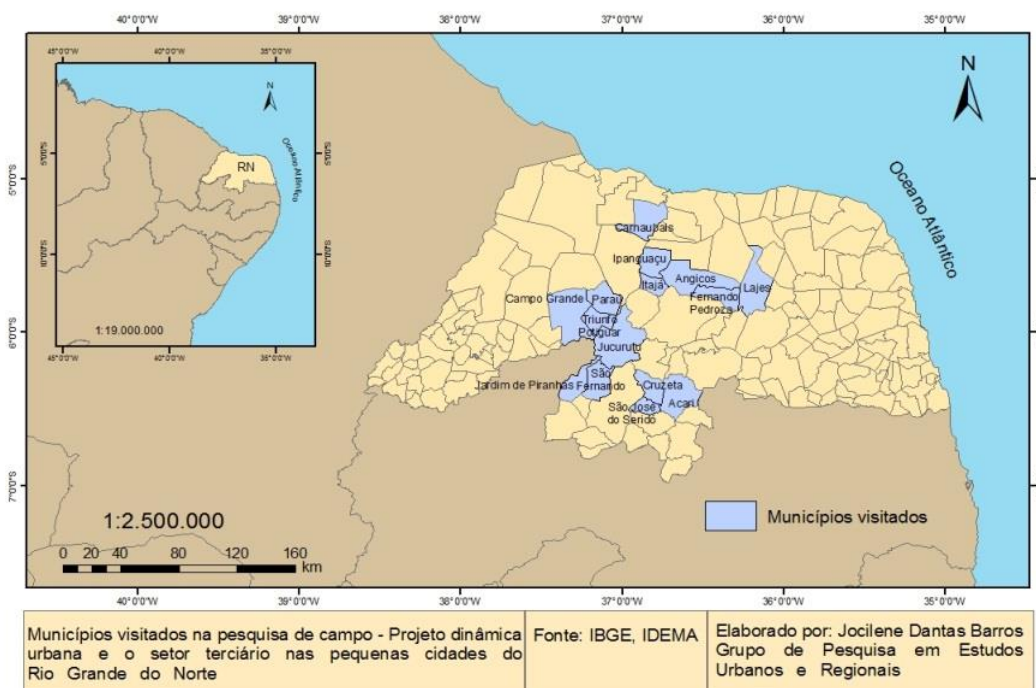


FIGURA 1: Municípios pesquisados na pesquisa de campo, 2012.

Metodologicamente, foram definidos dois focos de investigação distintos: um de caráter quantitativo, e outro qualitativo. Para a investigação quantitativa utilizou-se um formulário com perguntas cujas respostas permitiram caracterizar o comércio e os serviços existentes nas cidades visitadas; já a investigação qualitativa foi feita a partir do levantamento de informações sobre o comércio e os serviços, que possibilitou identificar o tempo de existência dos estabelecimentos

comerciais bem como aspectos relacionados aos produtos comercializados e dados gerais sobre o funcionamento. Esse levantamento foi feito junto aos estabelecimentos comerciais, utilizando-se o recurso da entrevista, que foi realizada com os proprietários ou funcionários responsáveis. Ainda constou da pesquisa uma leitura da paisagem das áreas de maior concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços, a qual foi feita por meio de observação sistematizada da forma-conteúdo e da lógica de distribuição espacial dos estabelecimentos.

Para que a compreensão de paisagem não ficasse limitada ao horizonte visual, além de Carlos (1992) que entende a paisagem como o ponto de partida, também embasou o exercício da observação a definição dada por Santos (1991, p. 61), segundo o qual a paisagem é “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas por volume, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”

Na investigação de caráter qualitativo, foram pesquisados 70 estabelecimentos, sendo 56 comerciais e 14 de serviços; e na pesquisa quantitativa, foram pesquisados 353 estabelecimentos comerciais e 272 estabelecimentos prestadores de serviços, totalizando 625. Os dados foram significativos para a compreensão da atividade terciária em pequenas cidades do Rio Grande do Norte, uma vez que se trata de uma realidade espacial bastante homogênea, quando as cidades são comparadas entre si. Os resultados, após o tratamento estatístico devido, foram analisados criticamente, levando a leituras e inferências, as quais são apresentadas adiante.

Tendo-se em vista o pressuposto de que havia um aumento expressivo das atividades de comércio e de serviços nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte, que foi a principal motivação para a realização da pesquisa, a questão central levantada durante o inquérito realizado com os responsáveis pelos estabelecimentos foi sobre o tempo de existência desses estabelecimentos.

Os resultados evidenciaram claramente que, nos últimos 12 anos, houve um aumento substancial do número de estabelecimentos nas pequenas cidades pesquisadas. Ou seja, dos estabelecimentos comerciais hoje existentes nessas cidades, 87,5 % foram criados no período correspondente à implementação das políticas sociais, especialmente, as políticas de distribuição de renda. Esse dado reafirma a ideia de que a política social brasileira se constitui num fator importante para a expansão do consumo e, portanto, do setor de comércio e de serviços nesses centros urbanos de pequena dimensão, uma vez que a regularidade no pagamento dos benefícios sociais garante a manutenção de um mercado de compra e venda que dinamiza o comércio local e, por conseguinte, o uso do território das cidades.

Entretanto, alguns estudos efetuados sobre os efeitos dessa política apontam aspectos de conteúdo negativo, um dos quais é a denominada “economia sem produção”. Segundo Gomes (2001, p. 158), “[...] trata-se de uma economia de baixa capacidade técnica sem condições de competitividade e que possui como fundamento de sua reprodução a apropriação de rendas produzidas em outras regiões”.

Nesse sentido, o Programa Bolsa Família, como política social de combate à fome e à pobreza, bem como as políticas de transferência de renda implementadas pelo Governo Federal, são compreendidas como políticas que têm servido tão somente de amortecedores de uma problemática social cujas raízes não estão necessariamente no aspecto material, mas fazem parte da construção de uma estrutura social marcada pelo domínio dos latifundiários e dos capitalistas.

Associado a essa realidade, ressalta-se o fato de que cerca de 90% dos municípios do Rio Grande do Norte mantêm-se às custas dos poucos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dos recursos provenientes de convênios federais e das políticas de transferência de renda. Desse modo, a essência da crítica que se faz à “economia sem produção” é o fato de que, até então, essa política teve pouca capacidade de promover um desenvolvimento local em bases sustentáveis, contemplando as diversas dimensões do desenvolvimento humano e, assim, de diminuir verdadeiramente as desigualdades sociais então existentes.

Nesse contexto, as grandes referências de reprodução das populações desses municípios são o serviço público municipal, os rendimentos provenientes das aposentadorias dos idosos e as transferências de renda efetivadas por meio dos programas sociais, como o Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e outros.

No entanto, a transferência de renda via políticas sociais que se efetiva por intermédio do governo federal, contraditoriamente com o princípio da autonomia dos entes federativos brasileiros, prescrito na Constituição de 1988, promove uma forte dependência econômica dos municípios em relação aos repasses do governo federal, tendo em vista a fragilidade dos setores produtivos, uma vez que sua economia tem por base atividades econômicas tradicionais, ou se inserem no mercado de exportação de produtos primários, como a fruticultura, que oferece à população trabalhadora empregos temporários ou de baixos salários. Sendo assim, os municípios nordestinos, em especial aqueles localizados no semiárido, são totalmente dependentes da renda proveniente dos programas assistencialistas do governo federal, ou mesmo do estadual.

A situação é agravada pelo fato de que os políticos tiram vantagem da situação, por ser mais simples obter transferência de renda do que investir com ajuda fiscal em empregos e, ao mesmo tempo, por se tratar de uma política assistencialista, que serve como instrumento de dominação

possíveis eleitores. Ou seja, a população se torna dependente dessa renda e fica agradecida ao político pela “ajuda”, votando nele nas eleições seguintes.

Corroborando nosso pensamento, Abramovay (2002) considera que as políticas de transferência de renda são lentas em estimular novas atividades produtivas e contribuem de forma precária para o sustento da população, embora sejam responsáveis pela dinamização do comércio local, das feiras livres e dos serviços, tornando-se uma realidade nas pequenas cidades.

Ainda que não apresentem eficácia na construção da autonomia das pequenas cidades, não se pode negar que tais políticas são importantes. E, nesse sentido, concorda-se com o pensamento de Amorim (2006), segundo o qual tais políticas têm três significados: o **econômico**, pois dinamizam o setor terciário das pequenas cidades; o **político**, por serem meios de assegurar a dominação e a manutenção dos governantes; e o **social**, na medida em que trazem perspectivas de cidadania para a população necessitada. E assim sendo, são fortes instrumentos de dinamização do terciário nas pequenas cidades e, portanto, um fator de crescimento do setor.

O cenário retratado é validado por diversos aspectos que caracterizam o terciário nas pequenas cidades pesquisadas, quais sejam: comércio de característica essencialmente tradicional; baixo índice de qualificação da força de trabalho; baixo índice de formalidade da força de trabalho e da atividade; baixa capacidade de geração de emprego, com presença marcante de mão de obra familiar; ausência de técnicas modernas de venda; baixa capacidade de criação de estratégias de gestão por parte dos comerciantes; pouca atratividade dos estabelecimentos; ausência de políticas motivadoras de práticas comerciais modernas e de projetos que envolvam o desenvolvimento do urbanismo comercial; pequena dimensão dos estabelecimentos comerciais; e presença marcante das feiras livres. Todos esses pontos, e mais aqueles que se mostraram essenciais na explicação da dinâmica terciária nas pequenas cidades, serão analisados a seguir.

O primeiro aspecto é o que diz respeito ao caráter tradicional, que predomina em 100% da atividade comercial existente nas cidades pesquisadas. Aqui, ressalta-se que o entendimento que se tem de comércio tradicional é o de um comércio cujos estabelecimentos realizam mais de 50% de suas vendas sem utilização do livre serviço. Isto é, a metade ou mais da metade das vendas são realizadas sem que o consumidor tenha a liberdade de escolha do produto: a compra acontece mediada pela relação entre o vendedor e o consumidor. Nas pequenas cidades pesquisadas o livre serviço ainda é pouco utilizado. Além da falta de modernização da atividade, é importante lembrar que, nessas cidades, o contato pessoal é muito significativo. Isso porque são realidades nas quais as relações de vizinhança e de compadrio estão muito presentes. A socialização das pessoas difere da que existe nos grandes centros urbanos. Nesse sentido, o cumprimento diário e o bate-papo no

próprio estabelecimento são muito frequentes. É possível que a lógica do livre serviço ainda demore muito a ser predominante nesses lugares, pois a população que reside nas pequenas cidades potiguares, culturalmente, gosta da comunicação interpessoal, fugindo das regras de reprodução do comércio moderno, que privilegia a autonomia do consumidor no ato da compra.

Outro aspecto investigado foi a forma de venda, ficando constatado que a venda a crediário é bastante expressiva: 89,29% dos 56 entrevistados utilizavam, ao passo que somente 8,93% não a utilizam; e 1,79% não responderam. No entanto, a utilização do cartão de crédito inserido no universo do crediário mostra-se menos expressiva, com 37,50% de utilização; 44,64% dos entrevistados não usam cartão de crédito; e 17,86% não responderam. Esses dados são significativos, pois, mesmo vendendo a crediário, os comerciantes não fazem uso dos sistemas de crédito modernos, como é o caso do cartão de crédito. Embora este se faça presente, a maioria dos estabelecimentos adota outras formas de pagamento a crédito, como: ficha, carnê, boleto, caderneta ou promissória, ou o cheque pré-datado, ficando nítida a presença de formas tradicionais nas relações de compra e venda no âmbito do comércio dessas cidades.

Outro aspecto que se investigou foi a emissão de nota fiscal. Esse dado é muito interessante: ficou constatado que apenas 39,29% dos comerciantes emitem nota fiscal, enquanto 53,57% não emitem; e 7,14% não responderam. Esse resultado, que está em sintonia com o que foi apresentado anteriormente, se revela como ponto negativo em relação às receitas municipais e estaduais.

No que diz respeito à propriedade do estabelecimento, o resultado foi bastante diversificado. Dos entrevistados, 57,14% eram donos dos respectivos estabelecimentos. Entretanto, muitos desses estabelecimentos ocupam parte da casa de moradia ou estão localizados na parte térrea da residência. Essas são estratégias que os comerciantes utilizam para diminuir os custos da implementação dos negócios. Isto é, essa realidade não está associada a nenhuma prática de planejamento da cidade, mas a práticas espontâneas das pessoas, que vão condicionando sua sobrevivência à própria atividade de trabalho. Por outro lado, esse uso misto favorece à formação de áreas centrais constituídas de multifuncionalidade, uma vez que a morfologia urbana atende tanto à função de reprodução da moradia, quanto à de espaço de reprodução econômica.

Entre os entrevistados, 39,9% ocupavam espaços alugados, 1% não respondeu à pergunta e os demais ocupavam espaços cedidos pela prefeitura, a maioria dos quais, foi construída para fins de atividades comerciais, – normalmente, de venda de artesanato, venda de lanches –, em áreas urbanizadas, com o intuito de dinamizar o centro da cidade. Essa constatação foi comum nas pequenas cidades que estão desenvolvendo propostas de turismo, potencializando economicamente características naturais, históricas, culturais ou amenidades climáticas.

Os comerciantes das pequenas cidades pesquisadas, em sua maioria, são oriundos da própria cidade; ou seja, nessas cidades não é comum a presença de estabelecimentos comerciais que façam parte de grandes redes, mesmo que locais; daí por que o local de moradia do proprietário é, basicamente, o município no qual o estabelecimento se situa. Dos entrevistados, 78,57% moram na cidade em que está o estabelecimento comercial ou de serviços; apenas 16,07% moram fora da cidade. Estes correspondem, na maioria das vezes, a comerciantes que possuem lojas em mais de um município, ou que moram nos povoados próximos, ou mesmo em fazendas que ficam no entorno das cidades; 3,57% não responderam; e 1,79% não sabia onde o dono do estabelecimento residia.

O comércio das pequenas cidades tem uma base familiar muito forte. Isso ficou nitidamente constatado pelos dados obtidos durante a realização da pesquisa de campo. A relação de parentesco no âmbito dos estabelecimentos é muito frequente. No caso específico das cidades pesquisadas, quase 25% dos estabelecimentos comerciais tinham funcionários que faziam parte da própria família. Essa realidade colabora para que o setor terciário das pequenas cidades não se apresente como um mercado de trabalho de expressão para aqueles que passam a ter a idade de trabalhar. Os números obtidos durante a pesquisa reforçam essa ideia: sendo os seguintes: 37,50% dos estabelecimentos pesquisados possuíam apenas 01 funcionário; 19,64% possuíam 02 funcionários; 17,86% possuíam de 03 a 04 funcionários; e, em 19,64% dos estabelecimentos, não havia nenhum funcionário, apenas o dono; os demais não responderam.

Por ser uma atividade de base familiar, o terciário das pequenas cidades, mesmo em expansão, não promove grandes mudanças para os jovens que estão ingressando no mercado de trabalho. Esse é um dado preocupante, uma vez que cada vez mais os jovens ficam sem alternativa alguma de trabalho, advindo, então, uma ociosidade, que em muitos casos, torna-se o principal vetor de práticas ilícitas, como o tráfico de drogas.

Essa pouca expressividade do comércio como mercado de trabalho conduz a outra realidade que também é preocupante: a formalização do trabalho. O número de funcionários que trabalham com carteira assinada é pouco expressivo. Dos entrevistados, somente 33,93% tinham relação de trabalho totalmente formalizada. A ausência de contratos formais colabora para que os empregos gerados no âmbito das atividades terciárias, no caso do comércio e dos serviços de natureza comercial, sejam empregos precários, que fazem uso de mão de obra pouco qualificada, levando a atividade comercial a um patamar mais de ocupação do que propriamente de mercado de trabalho. Entende-se que essa realidade está associada à própria característica familiar a que anteriormente se fez referência.

A ausência de formalização no âmbito do comércio se reforça com a ausência de organização política do próprio setor. Mesmo existindo associações comerciais locais ou regionais, o número de comerciantes associados é pouco expressivo. Somente 17,86% dos entrevistados afirmaram fazer parte de uma associação. Isso demonstra a fragilidade do ponto de vista da organização dos comerciantes no sentido de buscarem melhorias para a atividade comercial, ou mesmo de produzirem qualquer tipo de mudança.

Com vistas a entender como se dá a articulação e a integração do território via comércio, procurou-se saber a procedência dos consumidores. Os entrevistados disseram que 60,71% dos consumidores eram do município; e 39,29% que eram do município e de outros lugares. Esse resultado conduz a afirmação de que a cidade local pensada por Santos (1979), ou seja, aquela que apenas atende às necessidades básicas de sua população e de seu entorno, praticamente já não existe. Independentemente do tamanho da cidade, há sempre articulação entre os territórios. E, nesse caso, o comércio é um vetor importante dessa articulação.

A ideia da articulação territorial é reforçada pelos dados obtidos em relação à forma de aquisição, à compra e à procedência dos produtos. Percebeu-se que a compra de produtos para revenda é bastante dinâmica, com uma espacialidade bastante alargada.

No que se refere à forma de aquisição das mercadorias, foram apresentadas as seguintes: aquisição por meio de representantes; no próprio mercado de venda em atacado; compra por catálogo; compra direta aos distribuidores; compra por via telefônica; e compra pela internet, embora em escala ainda muito reduzida.

Ainda no sentido de verificar a articulação do território, questionou-se sobre a procedência dos produtos, visando-se a perceber a espacialidade das relações que se estabelecem entre as pequenas cidades do território potiguar e as demais áreas do território brasileiro. As respostas foram significativas: mostraram que as relações comerciais que acontecem nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte se espacializam em diversas escalas: estadual, regional e nacional. Na escala estadual, destacam-se as cidades de Natal, Mossoró, Caicó, Extremoz, Currais Novos; na regional, Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte, no estado do Ceará; Campina Grande, Catolé do Rocha, no estado da Paraíba; e Recife, em Pernambuco; e, na escala nacional, São Paulo, no estado de São Paulo; Belo Horizonte, em Minas Gerais; e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Diante da capacidade de venda dos estabelecimentos comerciais das pequenas cidades, especialmente, aqueles que trabalham diretamente com a moda, existem tempos determinados para efetivarem as compras. Tais períodos estão relacionados com os períodos festivos e comemorativos da cidade, quais sejam: festas juninas, festa de padroeiro, festas de fim de ano e carnaval. Já os

estabelecimentos que trabalham com alimentos têm uma prática de compra em períodos mais regulares, dependendo do tipo de alimento.

Mesmo caracterizando-se como um comércio tradicional, embora ainda de forma reduzida os estabelecimentos não estão alheios à modernidade tecnológica. Assim, 37,50% dos entrevistados afirmaram fazer uso de computador no estabelecimento comercial, aderindo a essa nova tecnologia. No entanto, 46,43% responderam negativamente. Esse dado é também um forte indicador do tradicionalismo que vigora na atividade comercial das pequenas cidades do Rio Grande do Norte, podendo ser um dos fatores principais da falta de dinamismo dessa atividade, do ponto de vista de sua expansão, não apenas em número, mas principalmente, em qualidade.

Para melhor apreender o setor terciário nas pequenas cidades e sua dinâmica, realizou-se também um inquérito de forma exclusiva com o setor de serviços, no qual se constatou que, nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte, a oferta de serviços para a população já é bastante diversificada, embora não seja expressivo o número de estabelecimentos por tipo de serviço. Assim, destacam-se os seguintes: correios, casas lotéricas, correspondentes bancários, clínicas de exames e consultas, pequenos restaurantes, hotéis e pousadas, conserto de roupas, lanchonetes, lojas de efetivação de crédito para celular, serviços de empréstimo financeiro – efetuado por vários estabelecimentos de crédito –, conserto de moto, serviço de borracharia, salões de beleza e academias.

As academias e os salões de beleza são serviços que estão em franca expansão no contexto das pequenas cidades do Rio Grande do Norte, refletindo, dessa forma, as novas práticas sociais que ocorrem nos mais variados espaços, não importando sua dimensão.

Com relação à condição de propriedade ou não, os dados foram os seguintes: dos 14 estabelecimentos prestadores de serviços 57,14% dos espaços ocupavam espaços do próprio dono do estabelecimento, enquanto que 42,86% eram alugados. Como na atividade comercial, parte significativa dos estabelecimentos prestadores de serviços, tinha estrutura de base familiar. Apenas 7,14% dos estabelecimentos não se reproduziam no contexto das relações familiares. Em 78,57% dos casos, o proprietário residia no município, contra 21,43% fora do município. Quanto aos consumidores, ficou constatado que 57,12% deles eram da própria cidade, e 42,86% do município e de outros lugares. Como se pode ver, são dados que se aproximam dos resultados já apresentados para a atividade comercial. No entanto alguns aspectos foram bem demarcados, merecendo uma análise mais exclusiva.

O tempo de existência do estabelecimento é um dado bastante expressivo, cujos resultados corroboram, assim como os da atividade comercial, o pressuposto da proposta da pesquisa, relacionado à expansão e à dinâmica do setor terciário.

Pelos dados obtidos, constata-se que a maioria dos estabelecimentos, mais de 60%, se situa na faixa de até 12 anos de existência. Embora 21,43% dos de serviços tenham mais de 17 anos de existência, deve-se destacar que se trata de prestação de serviços mais antigos e tradicionais.

Ao contrário do comércio, a forma de pagamento dos serviços se efetua basicamente à vista, (42,86%.) No entanto, também são prestados serviços a crediário: 28,57% dos entrevistados responderam positivamente a essa modalidade de pagamento. Um serviço que ficou bem caracterizado nas pequenas cidades foi o de efetivação de empréstimos consignados. Esse tipo de serviço se expande a cada ano nessas cidades, sendo os aposentados seus principais consumidores. Alguns estudos apontam para a existência de um problema social. No entanto, não se adentrou nessa questão, por não fazer parte dos objetivos, embora se entenda que esse é um campo que deve ser pesquisado.

Como no comércio, os serviços também contam com poucos funcionários ou não os têm; 28,57% dos entrevistados afirmaram que só possuíam 01 funcionário; 28,57% que possuíam 02; apenas em 7,14% dos casos pesquisados existiam de 03 a 04 funcionários; e nos demais, 25,71% dos estabelecimentos, não havia funcionários. No contexto dos serviços, a informalidade ainda é mais presente que no comércio. Dos estabelecimentos pesquisados, apenas em 14,29% havia funcionários com carteira assinada, enquanto nos demais, os trabalhadores estavam na informalidade. Essa realidade sugere que, nos serviços, a precariedade do emprego ainda é maior que no comércio.

Seja no comércio, seja nos serviços, o uso do computador está em ascensão. Mesmo assim, pode-se dizer que ainda é pouco significativa a informatização da gestão das atividades terciárias: em 57,17% dos estabelecimentos pesquisados, não eram utilizados computadores.

Quanto à dinamicidade do comércio e dos serviços nas pequenas cidades, ficou evidente que os períodos mais dinâmicos dessas são também os das festas de padroeiros e os das grandes comemorações nacionais. No entanto, a cada mês, pode-se averiguar maior dinamicidade durante o período de pagamento das aposentadorias dos idosos, assim como dos recursos dos programas sociais. Isso gera uma fragilidade na atividade no setor, a qual faz surgirem algumas estratégias, como é o caso da formação de redes de comércio.

A formação de redes, em vários setores da atividade comercial, tem sido uma estratégia utilizada pelos comerciantes como forma de enfrentamento aos grandes grupos econômicos

nacionais ou regionais. Ocorre principalmente nos setores de supermercados, construção civil e farmácias.

Os serviços associados aos cuidados pessoais e de embelezamento têm se apresentado como os mais dinâmicos, devida a maior regularidade no acesso a eles. Outros serviços também relacionados com a aparência são mais requisitados em períodos de férias, ou próximos a eventos importantes, como o período de verão ou o carnaval. Entretanto, os bares e restaurantes têm dinâmicas diárias, embora também aumente essa dinâmica nos períodos de festas e comemorações.

Por fim, ao perguntar-se sobre a utilização de serviços privados e se os entrevistados estavam satisfeitos com os serviços públicos oferecidos, constatou-se que a maioria quase absoluta dependia apenas dos serviços públicos. Cerca de 60% das respostas eram referentes à não satisfação da população em relação a esses serviços, principalmente no que se refere à saúde e à educação.

Como foi assinalado ao exporem-se os procedimentos metodológicos, durante a pesquisa empírica, foi realizada uma caracterização do setor terciário nas cidades pesquisadas, utilizando-se a observação e a leitura de paisagem como recursos de investigação e análise. Entende-se que “a paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, que permite-nos vislumbrar elementos para a discussão da evolução da produção espacial, remetendo-nos ao modo pelo qual foi produzida. (Carlos, 1994, 43)

Assim, foi construído um formulário com o objetivo de quantificar os estabelecimentos comerciais existentes com maior expressividade. Os resultados foram os seguintes:

- a) Há um expressivo número de mercadinhos, os quais, embora acompanhem, em certa medida, o ritmo do avanço das novas tecnologias utilizadas no setor, ainda apresentam;
- b) características do comércio tradicional, no qual o consumidor não tem a sua disposição o produto livremente.
- c) O comércio de confecções é um dos que têm apresentado maior expansão nestes últimos dez anos. Tradicionalmente, nas pequenas cidades, as roupas eram confeccionadas no âmbito da família ou por meio das então denominadas costureiras. No entanto, a divulgação da moda pela televisão e pelas revistas e a maior regularidade das festas fizeram emergir novas práticas de consumo de vestuário e adereços, além do que trouxeram para a pequena cidade o *pronto a vestir*. Outra observação a ser feita em relação a esse tipo de comércio diz respeito à modernização do setor, principalmente no que se refere aos ambientes internos das lojas, nos quais é comum o uso de materiais modernos na ambientação, que tem como objetivo dar maior satisfação aos clientes. No entanto, é perceptível que, mesmo diante do esforço de seus proprietários, as lojas ainda se distanciam muito das práticas modernas que

hoje são adotadas na atividade comercial desenvolvida nas metrópoles e nas grandes cidades.

- d) A presença de bares é marcante é no comércio das pequenas cidades, onde há uma escassez muito grande de alternativas de lazer. Assim sendo, esses estabelecimentos comerciais se apresentam como uma alternativa para tal prática, além de serem um ponto de encontro e um espaço de franca sociabilidade principalmente para os jovens.
- e) As lojas de material de construção também se apresentam em número bem considerável. Trata-se de um tipo de comércio que, a cada dia, se expande mais, em virtude de novos conceitos que são impressos no cotidiano das pessoas em relação aos ambientes, sejam eles domésticos, sejam de trabalho. Em épocas passadas, a prática das pessoas com relação à casa ou ao local de trabalho era fazer uma nova pintura, principalmente por ocasião das festas de fins de ano. Nos dias atuais, essa prática é acompanhada de reformas nos ambientes internos da casa, nos quais está sempre em evidência o uso de materiais modernos, como vidro, cerâmica, granito, mármore e outros. As pessoas estão sempre a buscar melhorias para seus ambientes, e isso tem contribuído para que esse comércio seja bastante dinâmico. Nesse setor, a estratégia da formação de redes também é comum. Um exemplo é a rede Fácil Construir, com lojas em 11 cidades do Seridó: Parelhas, Cerro Corá, Acari, Jardim do Seridó, Cruzeta, Ouro Branco, Lagoa Nova, São João do Sabugi e Jucurutu – que são cidades pequenas –, além de Caicó e Currais Novos, que dentro do contexto da rede urbana do estado, assumem funções condizentes com as das cidades médias, mesmo não respondendo todos os qualificativos a estas atribuídas como, por exemplo, o número de habitantes.
- f) Os magazines também são bastante expressivos nas pequenas cidades. Esses estabelecimentos comerciais atendem às mais diversas demandas que a população apresenta. Uma característica marcante dos magazines, ou lojas de variedades, é a presença do produto importado. Nesses espaços de consumo, fica bem nítida a forma como se dá a articulação dessas cidades com outras partes do mundo: por meio do consumo de produtos da moda.
- g) Os estabelecimentos de ração animal e medicamentos são testemunhos da forte ligação que essas cidades pequenas têm com o mundo rural. Na realidade, são lojas de pequeno porte, mas que atendem às necessidades imediatas que surgem no campo.
- h) As lojas de material de informática também se fazem presentes. Embora esteja pouco representado, é patente que esse comércio tende a se expandir nessas cidades, uma vez que o a aquisição do computador individual é crescente.

- i) Por fim, encontram-se também os quiosques, nome dado a formas específicas de comércio do tipo pequenas barracas. Esses estabelecimentos, em sua maioria, resultam de políticas públicas implementadas pelos governos locais para dinamizar áreas específicas da cidade. Na realidade, expressam um pouco do conteúdo do urbanismo comercial. Em geral, são encontrados em pequenas cidades com propostas de turismo, ainda que incipiente.

Quanto aos serviços, ficou claro que esse setor é menos dinâmico que o comércio. Entretanto alguns tipos de serviços se destacaram, evidenciando o surgimento de novos hábitos de consumo e práticas sociais que até bem pouco tempo não eram observados em cidades de pequenas dimensões. Frente aos resultados, as inferências feitas são as seguintes:

- a) Estão ocorrendo, nas pequenas cidades, mudanças nos hábitos alimentares das pessoas: elas já estão fazendo suas refeições fora de casa. Esta afirmação é induzida pelo número de estabelecimentos, que se destinam à produção dos alimentos prontos encontrados durante a pesquisa.
- b) Outros serviços em destaque são aqueles voltados para o cuidado com o corpo. O crescimento do número de salões de beleza é notório. Em um ritmo menor, pode ser visualizado o surgimento de academias. Esses serviços se desenvolvem no contexto da exploração que é feita pelos canais de comunicação, que apregoam a importância da saúde e da aparência, dois conceitos básicos na sociedade moderna. Além das academias privadas, os governos municipais, têm criado academias públicas, as quais são adquiridas por meio da política social do governo federal. São academias com aparelhos pouco sofisticados, mas que têm sido importantes para a melhoria da qualidade de vida das populações que delas fazem uso, especialmente os idosos.
- c) O serviço de moto-táxi foi um dos que mais se expandiu nas pequenas cidades. Há dez anos, não existia praticamente esse serviço, ele surgiu como uma alternativa de emprego para aqueles que estavam desempregados. Além desse fator, contribuiu também o desenvolvimento da indústria de moto, que tem incentivado a população a fazer uso de tal meio de transporte.
- d) Os empréstimos financeiros também se inserem nas novas modalidades de prestação de serviços que hoje podem ser presenciados nas pequenas cidades. Essa atividade passou a ter expansão após serem autorizados pelo governo os empréstimos consignados. Tal serviço, por um lado, facilita o acesso a empréstimos para necessidades, e por outro, tem configurado uma prática negativa, tendo em vista que a falta de um planejamento financeiro tem levado as pessoas a débitos constantes.

- e) A *lan house* é outro serviço que se expande nas pequenas cidades potiguares, o qual é procurado principalmente pelos jovens, vindo a se constituir em um vetor importante para o aumento do consumo do computador.
- f) Outra referência de crescimento no setor de serviços, nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte e, particularmente, nas cidades pesquisadas, é o aumento dos serviços particulares de saúde. Essa expansão se associa não somente ao aumento da capacidade de consumo dos habitantes dessas cidades, com as políticas sociais e os empregos públicos e outros, mas também ao aumento de pessoas que passam a concluir curso superior e que vão estabelecer-se no interior, seja por quererem retornar ao lugar onde sempre viveram, seja por esse espaço oferecer maior condição de estabilidade profissional. Além dos serviços de saúde, merecem destaque os de educação, que ganharam nova dimensão com a expansão dos Institutos Federais e de universidades públicas, como a UFRN e a UFRSA.

Nas pequenas cidades contempladas pela pesquisa, foi possível perceber a presença de diversos equipamentos sociais públicos importantes para a reprodução das práticas sociais e do cotidiano das populações. Foram identificados os seguintes: 51 igrejas, 33 escolas, 27 praças, 15 ginásios, 14 agências dos Correios, 13 bancos e 13 mercados públicos. Percebemos a presença, em menor escala, de postos de saúde, casas de *show*, transporte escolar, sindicatos, academias públicas, feiras livres, teatros etc.

A constatação do dinamismo no âmbito das diversas atividades elencadas aponta para a emergência de novos processos espaciais, associados a novas práticas sociais, os quais desencadeiam a reestruturação no território das cidades, que passam a contar com a formação de áreas que ganham *status* de centralidades urbanas, com novas materialidades, as quais condizem com a realidade criada a partir do processo de reestruturação produtiva, que tem em sua essência a reprodução do capital de forma totalizante, ou totalizadora, configurando, assim, o que Chesnais (1996) denominou mundialização do capital.

5. Considerações finais

Por se tratar de um campo ainda pouco visitado pela geografia do Rio Grande do Norte, o primeiro aspecto a ser destacado, nestas considerações finais, diz respeito à importância de estudar o terciário, buscando-se compreender sua relação com as dinâmicas que acontecem no âmbito das cidades. Essa importância se dá na medida em que o terciário se apresenta como um setor em ampla expansão, permitindo a compreensão de diversos processos espaciais que acontecem,

principalmente, nas cidades, independentemente de sua dimensão, o que produz a necessidade de se ampliarem os estudos geográficos e, assim, contribuir-se para a construção de um saber geográfico sintonizado com a realidade social. Além disso, ao estudar-se o terciário, desvendam-se e entendem-se melhor as novas práticas sociais, dentre as quais aquelas vinculadas diretamente ao consumo, cujo rebatimento acontece direta ou indiretamente no território, provocando mudanças espaciais significativas, as quais são, na essência, mudanças sociais.

Essas considerações se evidenciaram durante a pesquisa cujos dados foram apresentados ao longo do texto. Ou seja, nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte, o terciário, expresso por meio das atividades comercial e de serviços, segue um percurso de reprodução, guardadas as devidas proporções escalares semelhante ao que acontece nas grandes e nas médias cidades. Isso porque, embora a inclusão seja perversa e precária, como assinala Martins (1997), ao capital importa a inclusão de todos.

Desse modo, a expansão das atividades terciárias, seja do comércio, seja dos serviços, provocou uma dinâmica expressiva no território das cidades potiguares, de modo especial nas pequenas cidades, as quais tiveram seus espaços urbanos reestruturados não somente na forma, mas também no conteúdo a partir de orientações políticas econômicas e sociais oriundas da ordem próxima e da ordem distante. O resultado dessa orientação dupla ganha relevância por meio das relações sociais, que produzem dimensões espaciais e temporais articuladas a processos não apenas locais mas também nacionais e até internacionais. E, assim, valores sociais e culturais se redefinem. Novas práticas sociais bem como espaciais se estabelecem. A produção do espaço ganha novos conteúdos.

A reestruturação produtiva impôs mudanças espaciais importantes no âmbito das pequenas cidades, as quais se manifestam por meio da ampliação dos estabelecimentos comerciais e de serviços, mas também pelas mudanças nas práticas sociais que, por sua vez, são também práticas espaciais. O estado, em sintonia com as demandas do capital, favoreceu de forma considerável esse processo, seja por meio das políticas sociais de transferência de renda, seja por meio da criação de novos equipamentos de prestação de serviços, merecendo destaque a expansão dos Institutos Federais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – e da Universidade Rural do Semiárido – UFERSA – para diversas cidades do Rio Grande do Norte.

As ideias deste texto, em síntese, refletem as novas dinâmicas espaciais que se vem configurando no âmbito das pequenas cidades em virtude da reestruturação produtiva, graças à participação de novos processos desencadeados na produção do espaço. É o caso da expansão do terciário, que, via comércio e serviços, desempenha um papel relevante no processo de reprodução

social com a geração de novos postos de trabalho e de novas relações sociais bem como na reestruturação do espaço urbano, com a criação de novas formas e novos conteúdos espaciais. Essa nova realidade impõe a necessidade de um novo olhar para as pequenas cidades, para que as diferenças, diversidades e similitudes com outras escalas espaciais possam ser identificadas e analisadas, como caminho para o entendimento da dinâmica urbana no Rio Grande do Norte.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Limites da “economia sem produção”**. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/limites-da-economia-sem-producao/>>. Acesso em: 10 out. 2015.
- AMORIM, Juliana Costa. **Políticas compensatórias e aposentadorias: sobrevivência e dominação nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte**. Relatório final, 2006.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Portugal: Edições 70, 1991.
- CARLOS, Ana fani. **A(re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CACHINHO, Herculano. **O comércio retalhista português: pós-modernidade, consumidores e espaço**. Lisboa: Gepe e Observatório das metrópoles, 2002.
- CHESNAIS, François. **Mundialização do Capital** São Paulo: Xamã, 1996
- CLARK, C. A. **The Conditions of Economic Progress**. London: MacMillan, 1940.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN. CCHLA, 1995. 370 p.
- CORREA, Roberto Lobato. **Território**, ano IV, nº 6, jan.-jun. 1999.
- DEDECCA, Cláudio; MONTAGNER, Paula. **Crise econômica e desempenho do terciário. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.6, n.3, p.2-15, jul.-set. 1992.
- GEORGE, Pierre. **Geografia do consumo**. São Paulo: DIFEL, 1965.
- GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. **A Geografia Ativa**. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1975.
- GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestinos**. Brasília: Ipea, 2001.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Anieres Barbosa da; SILVA, Valdenildo Pedro da. O terciário em Natal. In: VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Globalização e desigualdade**. Natal: A.S. Editores, 2002.

IPEA. O setor serviços no Brasil: uma visão global 1985-95. Rio de Janeiro, março de 1998. 1989.

LIMONAD, Ester. Espaço-tempo e urbanização: algumas considerações sobre a urbanização brasileira. **Cidades**. V.1, n.1, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. **Paisagens do Consumo**: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul. São Paulo: Cultura acadêmica 2010.

PACHECO, Susana Mara Miranda. Resiliência urbana e comercial em áreas centrais. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, nº. 23, v. 2, 2012.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Do comércio à distribuição**: roteiro de uma mudança. Oeiras – PT: Celta Editora, 1996.

_____. O comércio e a cidade: Lisboa e Porto. **Finisterra**, Lisboa, v. XXIX, n. 57, p.177-183, 1995.

_____. Temas de comércio e consumo. **Finisterra**, Lisboa, v. XXXVII, n. 74, p. 163-173, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. Desafios para o estudo das cidades médias In: Seminário Internacional de la red iberoamericana de investigadores sobre globalización y territorio. Mendoza. **Anais...** Mendoza: UNCUIYO-Universidad de Cuyo, 2010. p. 01-18.

Enviado em 05/07/2015

Aceito em 15/02/2016